PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO		
RAZÃO SOCIAL:	CURSOS VIRTUAIS LTDA	
NOME FANTASIA:	CURSOSVIRTUAIS.NET	
CNPJ:	08.179.401/0001-62	
REGISTRO ABED:	7734 - CATEGORIA INSTITUCIONAL	

CURSO	
NOME:	DIREITO DO CONSUMIDOR
MODALIDADE:	CAPACITAÇÃO LIVRE OFERTA - EAD

Metodologia: O conteúdo do curso é disponibilizado ao aluno para estudo online em uma interface diagramada de fácil navegação chamada de Sala de Aula Virtual. O acesso ao material é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. O curso conta com a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula/módulo e também realização de avaliação final.

Sincronicidade: O curso é caracterizado como síncrono, a partir do momento da matrícula, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas. As aulas/módulos de estudo são disponibilizados de forma gradual, sendo necessário que o aluno complete os estudos de um módulo para prosseguir para o módulo seguinte no período de estudos programado.

Tutoria e Formas de Interação: Os alunos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada. A interação é realizada por meio do sistema de Sala de Aula Virtual. A tutoria consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados.

Avaliação final/Certificação: A avaliação final é quantitativa. A geração do certificado é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades da avaliação final. O curso conta com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: O curso apresenta organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para a Sala de Aula Virtual, que é um ambiente de aprendizagem online otimizado para EAD.

Materiais Didáticos: O conteúdo programático é lastreado em materiais didáticos atualizados. Dentre as ferramentas de aprendizagem além do material de estudo estão a avaliação final, grupo de estudos com o tutor/professor e sistema de anotações sobre o curso.

Interação e Suporte Administrativo: O curso conta – além do suporte de tutoria - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e professores/tutores; e alunos e equipe de apoio administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos e/ou por meio telefônico, conforme o caso. A Sala de Aula Virtual utilizada pela CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente.

Sobre a Instituição de Ensino: A CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma escola de educação à distância. Iniciamos nossas atividades em 2006 e contamos com mais de 500 mil alunos matriculados em diversos cursos. Além disso, somos associados da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Legalmente constituída inscrita no CNPJ 08.179.401/0001-62, atua com a idoneidade e credibilidade auxiliando diversos órgãos públicos e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores de todo o país.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

NOME DA CAPACITAÇÃO: Direito do Consumidor

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM: Proporcionar ao aluno uma visão abrangente sobre os temas do conteúdo programático. Melhorar as competências específicas do curso e desenvolver habilidades de pensamento crítico e analítico acerca do tema estudado.

ATIVIDADES/AULAS:

- 1) Introdução ao direito do consumidor
- 2) Entendendo o direito do consumidor
- 3) Contextualização do CDC
- 4) Resumo geral Direito do consumidor
- 5) Código de proteção e defesa do consumidor Lei 8078/90 e complementos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DETALHADO:

Noções introdutórias

Relação de consumo

Qualidade de produtos e serviços

Responsabilidade pelo fato e pelo vício do produto/serviço

Práticas comerciais

Proteção contratual

Sanções administrativas e infrações penais

Defesa do consumidor em juízo

O Direito do Consumidor - Origem, finalidades e princípios

Campo de incidência e a nova perspectiva do Direito privado

Dispositivos constitucionais

Princípio da vulnerabilidade

Princípio da vulnerabilidade x Princípio da hipossuficiência

Princípio da boa-fé

Princípio da transparência e da confiança

Princípio da segurança

Princípio da harmonização dos interesses

A relação de consumo e seus elementos

Conceitos legais de consumidor

Os elementos da relação de consumo

Consumidor standard

Teorias maximalista e finalista

Consumidor por equiparação bystander

Fornecedor

Produto

Serviço

Direitos básicos do consumidor

Direitos básicos

Proteção da vida, saúde e segurança dos consumidores

Educação do consumidor

Direito à informação

Publicidade

Práticas comerciais abusivas

Cláusulas abusivas

Prevenção e reparação de danos

Facilitação do acesso à Justiça

Inversão do ônus da prova

A proteção contratual do consumidor

Nova concepção de contrato

Revisão das cláusulas contratuais

A lesão enorme e a quebra da base do negócio jurídico

Fase da formação contratual

Fase pré-contratual

Contratos adesivos

Direito de arrependimento

A garantia legal e a convencional

Fase da execução do contrato

Cláusulas abusivas

Fase pós-contratual

Contratos bancários

Cartão de crédito

Arrendamento mercantil

Contratos com profissionais liberais

Contratos de seguro

Contratos eletrônicos

Transporte coletivo

Bancos de dados

Cobrança de dívidas

Responsabilidade civil nas relações de consumo e a defesa do consumidor em juízo

Vício do produto e do serviço

Fato do produto ou do serviço

Prescrição e decadência

Contextualizando o CDC

Inspiração constitucional

Natureza jurídica

Microssistema legislativo

Normas de caráter principiológico

Normas de "ordem pública e de interesse social"

CDC como lei "de função social"

Aplicação do CDC no tempo

Teoria do diálogo das fontes

Princípios do CDC

Princípio da vulnerabilidade do consumidor e inversão do ônus da prova

Princípio da defesa do consumidor pelo Estado

Princípio da harmonização

Princípio da boa-fé objetiva

Função interpretativa

Função integrativa

Função de limite ao exercício de direitos subjetivos

Princípio da transparência

Princípio da informação

Princípio da segurança

Princípio do equilíbrio nas prestações

Princípio da reparação integral

Princípio da solidariedade (responsabilidade solidária)

Princípio da interpretação mais favorável ao consumidor

Princípio da reparação objetiva

Princípio da conservação do contrato

Princípio da obrigatoriedade dos contratos ou da intangibilidade contratual (pacta sunt servanda)

Relação jurídica de consumo

Consumidor

Fornecedor

Internet e relações de consumo

Profissionais liberais são fornecedores de serviços?

Consumidor por equiparação

Aplicação jurisprudencial

Teoria da qualidade

Peculiaridades do regime consumerista

Caráter objetivo

Caráter solidário

Vício no produto ou serviço e fato do produto ou serviço

Fato do produto ou serviço

Excludentes de nexo de causalidade

Situações específicas do regime de responsabilidade do CDC

Jurisprudência sobre a teoria da qualidade

Prescrição e decadência no CDC

Desconsideração da personalidade jurídica

Teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica

Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas

Práticas comerciais

Disposições gerais

Oferta

Publicidade nas relações de consumo

Práticas abusivas

Práticas abusivas em espécie

Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços

Cobrança de dívidas

Repetição de indébito no CDC

Banco de dados e cadastro de consumidores

Direito a ser comunicado previamente

Direito de acessar a informação

Direito à correção das informações

Proteção contratual

Disposições gerais

Direito de reflexão ou de arrependimento

Garantia contratual

Cláusulas abusivas - Art. 51 do CDC

Controle das cláusulas abusivas

Sanções administrativas

Sistema nacional de defesa do consumidor

Competência legislativa e material em matéria consumerista

Sanções administrativas em espécie

Infrações penais

Defesa do consumidor em juízo

Direitos coletivos lato sensu

Legitimados

Estímulo à efetividade

Custas, emolumentos, despesas e honorários

Ação de regresso do comerciante

Aplicação das regras do CPC e da Lei da Ação Civil Pública

Competência

Princípio da publicidade e right to opt in

Sentença no processo coletivo

Coisa julgada

Prescrição

Disposições processuais específicas do microssistema consumerista

Histórico do Direito do Consumidor

Evolução do Direito do Consumidor no Brasil

A defesa do consumidor como direito fundamental e princípio da ordem econômica

Relação jurídica de consumo

Elementos da relação de consumo

Conceito de consumidor do CDC

Conceito de fornecedor CDC

Conceito de serviço

Princípios informadores do Direito do Consumidor

Princípios que informam o Direito do Consumidor, previstos na Constituição Federal

Princípios específicos do Direito do Consumidor previstos na Lei 8.078/90

Responsabilidade civil nas relações de consumo

A teoria do risco da atividade

Responsabilidade civil por fato do produto ou do serviço

Fato do produto e do serviço = acidente de consumo

Responsabilidade civil por vício do produto ou do serviço

Responsabilidade civil por vício do produto

Quadro comparativo da responsabilidade civil do CDC

Garantias

A prescrição e decadência no CC
Prescrição e decadência no CDC
Da desconsideração da personalidade jurídica
Proteção contratual e práticas comerciais abusivas
Práticas comerciais
Da cobrança de dívidas
Da proteção contratual
Das sanções administrativas
Das infrações penais
Defesa do consumidor em juízo